

**A CONTROVÉRSIA SOBRE A “BURGUESIA NACIONAL”: CONTRIBUIÇÕES
MARXISTAS PARA O ESTUDO DA BURGUESIA DEPENDENTE BRASILEIRA**

**LA CONTROVERSIA SOBRE LA “BURGUESÍA NACIONAL”: CONTRIBUICIONES
MARXISTAS AL ESTUDIO DE LA BURGUESÍA DEPENDIENTE BRASILEÑA**

**THE CONTROVERSY ABOUT THE “NATIONAL BURGEOSIE”: MARXIST
CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF THE BRAZILIAN DEPENDENT BURGEOSIE**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48119>

Guilherme de Rocamora¹

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar uma síntese da controvérsia sobre a “burguesia nacional” no Brasil, desenvolvida por intérpretes marxistas da formação econômico-social brasileira ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970. Através de uma revisão bibliográfica, pretendemos abordar os argumentos de um dos principais teóricos defensores da existência de uma “burguesia nacional” no Brasil à época, Nelson Werneck Sodré, bem como de três dos seus críticos: Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. As formulações provenientes desta controvérsia nos concedem aportes teóricos para a compreensão das particularidades históricas da burguesia dependente brasileira.

Palavras-chave: Burguesia nacional. Capitalismo dependente. Revolução brasileira.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar un resumen de la controversia sobre la “burguesía nacional” en Brasil, desarrollada por los intérpretes marxistas de la formación económica y social brasileña a lo largo de las décadas de 1950, 1960 y 1970. A través de una revisión bibliográfica, pretendemos abordar los argumentos de uno de los principales teóricos defensores de la existencia de una “burguesía nacional” en Brasil en ese momento, Nelson Werneck Sodré, así como tres de sus críticos: Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini y Florestan Fernandes. Las formulaciones surgidas de esta controversia nos brindan aportes teóricos para la comprensión de las particularidades históricas de la burguesía dependiente brasileña.

Palabras clave: Burguesía nacional. Capitalismo dependiente. Revolución brasileña.

Abstract: This article aims to revisit to present a summary of the controversy over the “national bourgeoisie” in Brazil, developed by Marxist interpreters of the Brazilian economic and social formation throughout the 1950s, 1960s and 1970s. Through a bibliographic review, we intend to address the arguments of one of the main theorists defenders of the existence of a “national bourgeoisie” in Brazil at the time, Nelson Werneck Sodré, as well as three of its critics: Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini and Florestan Fernandes. The formulations arising from this controversy provide us with theoretical contributions to the understanding of the historical particularities of the Brazilian dependent bourgeoisie.

Keywords: National bourgeoisie. Dependent capitalism. Brazilian revolution.

Introdução

Ao longo do século XX, travou-se um acalorado debate teórico-político no seio da esquerda no Brasil. Tratou-se, em nossa avaliação, de uma das principais discussões referentes à burguesia brasileira: a controvérsia sobre a assim chamada “burguesia nacional”. Essa contenda, longe de ser uma discussão escolástica, consistia em uma verdadeira batalha das ideias para a definição estratégica da ação dos comunistas brasileiros, englobando-se, portanto, nas polêmicas sobre os caminhos da Revolução Brasileira.

Durante os anos 1950, consolidou-se como hegemônica entre os comunistas uma interpretação sobre as classes dominantes no Brasil que afirmava existir uma fração da burguesia brasileira cujos interesses fariam dela uma “burguesia nacional”. Esta tese baseava-se em uma leitura de que o capitalismo na formação econômico-social brasileira estava incompleto ou insuficientemente desenvolvido, concepção sustentada pela permanência de formas aparentemente pré-capitalistas em nossa sociedade, como a grande propriedade latifundiária, relações de trabalho baseadas na interdependência pessoal e as péssimas condições de vida da maioria da população. Essas formas de ser eram associadas a resquícios semifeudais que precisariam ser extirpados do país através do avanço do capitalismo.

Para isso, seria preciso fomentar no Brasil uma revolução democrática e nacional, tendo em vista a construção de um país plenamente capitalista, via a concretização de reformas para democratizar a vida econômica, social e política, assim como para conquistar a autonomia em relação às potências estrangeiras. Tal era a perspectiva estratégica da principal organização da esquerda revolucionária no Brasil à época, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sintetizada na famosa Declaração de Março de 1958 do Comitê Central do PCB (PCB, 1958). De acordo com este documento, a Revolução Brasileira deveria se efetivar através de duas etapas. O latifúndio semifeudal no campo estaria em aliança com os interesses imperialistas atuantes no país e essas duas forças representariam os principais inimigos a serem enfrentados na primeira etapa da revolução, compreendida como democrática e nacional. A tarefa imediata dos comunistas seria, portanto, desenvolver um capitalismo autêntico e autônomo no país, através da eliminação do “atraso” e da dependência. A concretização deste objetivo assentaria as bases para a execução da segunda etapa da Revolução Brasileira, esta sim propriamente socialista, quando a contradição central seria aquela entre a burguesia e o proletariado. A execução das tarefas democráticas e nacionais típicas das revoluções burguesas “clássicas” – como a Revolução Francesa – no Brasil prepararia o terreno para o avanço das lutas de massa dos trabalhadores. Esta seria a base objetiva necessária à realização da segunda etapa da revolução.

Segundo o PCB (1958) à época, a mediação tática para a concretização dessa estratégia seria a construção de uma frente nacional e democrática, de caráter policlassista: uma aliança entre classes e frações de classe cujos interesses objetivos encontravam-se em antagonismo ao bloco latifundiário-imperialista. Nesta frente – que deveria ser construída sob hegemonia proletária – caberiam o proletariado, o campesinato e a pequena-burguesia, mas também uma parcela específica da burguesia, cujos interesses objetivos a empurravam, conforme esta análise, à uma posição de classe objetivamente contrária aos

interesses imperialistas e das oligarquias agrárias semifeudais. Esta seria a “burguesia nacional”: um sujeito político central para a estratégia democrático-nacional do PCB². Dentre os teóricos defensores desta tese sobre as classes dominantes no Brasil, encontrava-se Nelson Werneck Sodré ([1964] 1983).

Essa interpretação, contudo, sofreu fortes críticas ao longo da história, tanto internas ao próprio partido, como a de Caio Prado Jr. (1966); como externas, com destaque para as análises de Ruy Mauro Marini ([1969] 2017) – militante de uma outra organização política, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) – e de Florestan Fernandes ([1974] 1987). Estes autores, com importantes divergências entre si, submeteram as teses sobre a “burguesia nacional” ao escrutínio teórico-metodológico, calcados no desdobramento concreto das lutas de classes no Brasil e no resultado prático da frente nacional e democrática defendida pelo PCB, dissolvida e derrotada pelo golpe empresarial-militar de 1964, resultando na imposição de uma ditadura de classe preventiva da burguesia contra os trabalhadores.

Não é incomum, dentre as organizações políticas que compõem o amplo campo da esquerda no Brasil contemporâneo, observarmos constatações sobre a necessidade de se fortalecer a “burguesia nacional” e construir um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento. Mesmo com os acontecimentos políticos recentes – especialmente o apoio de significativas frações da burguesia brasileira ao golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 e à candidatura de extrema-direita, encabeçada por Jair Messias Bolsonaro, durante o segundo turno da disputa à Presidência da República em 2018; apoio baseado no interesse das classes dominantes de aprofundar as contrarreformas neoliberais no Brasil e fortalecer formas coercitivas de dominação política –, insiste-se na ideia da retomada da política de conciliação de classes exercida no último ciclo histórico, sob a direção do Partido dos Trabalhadores (PT). Para os setores que compartilham deste projeto político, a burguesia brasileira teria um papel importante a cumprir no desenvolvimento da nação, ainda que ela venha apresentando diversos indícios de não possuir interesse em vestir esse manto.

Diante de uma conjuntura em que se requeçam as tentativas de encontrar uma “burguesia nacional” no Brasil e compreendendo este tema como central para as discussões sobre a Revolução Brasileira, uma vez que implica na definição estratégica da ação política da classe trabalhadora, acreditamos ser oportuno revisitar esta rica e interessante controvérsia, através de uma revisão bibliográfica das obras de alguns intérpretes marxistas clássicos da formação econômico-social brasileira envolvidos no debate. Não pretendemos, com este artigo, apresentar reflexões inéditas sobre o tema, mas sim uma síntese da discussão com vistas a expor as formulações dos autores para leitores que buscam introdução à controvérsia, oferecendo-lhes elementos para auxiliar na compreensão das formas concretas das lutas de classes em nosso país. Expor a tese referente à existência de uma “burguesia nacional” no Brasil e as formulações dos autores críticos à essa tese é, portanto, nosso objetivo no presente artigo. Em nossa opinião, essa controvérsia nos concede bases teóricas importantes para compreender algumas das principais tendências de atuação da burguesia dependente brasileira enquanto classe, o que nos auxilia na compreensão de suas particularidades históricas, algo necessário para se evitar a repetição de antigos equívocos políticos nas lutas de classes. Iniciaremos abordando a interpretação de Nelson Werneck Sodré

([1964] 1983) e sua defesa sobre a existência de uma “burguesia nacional” no Brasil. Em seguida, analisaremos as contribuições de três autores críticos a esta tese: Caio Prado Jr. (1966); Ruy Mauro Marini ([1969] 2017) e Florestan Fernandes ([1974] 1987). Por fim, teceremos as considerações finais.

Nelson Werneck Sodré: em busca da revolução democrático-nacional e a aposta política na “burguesia nacional”

Um dos principais intérpretes da formação econômico-social brasileira responsáveis pela formulação teórica da tese sobre a existência de uma “burguesia nacional” no Brasil é Nelson Werneck Sodré ([1964] 1983). Para este autor, em seu livro *História da burguesia brasileira* ([1964] 1983), a gênese da burguesia em nosso país teria ocorrido durante a segunda metade do século XIX, sob as bases da economia agroexportadora do café já na fase imperialista do capitalismo³. Esta classe – desenvolvida concomitantemente ao processo de urbanização e de surgimento das primeiras manufaturas possibilitadas pelo excedente proveniente da comercialização do café – era, na opinião do autor, política e economicamente fraca durante a sua “infância”, encontrando-se subordinada tanto à supremacia da oligarquia agrária proveniente do passado colonial, cuja existência permaneceu intacta após a Independência Política em 1822 e cujos interesses eram hegemônicos no Estado nacional; como aos capitais estrangeiros – especialmente os provenientes da Inglaterra –, com os quais a burguesia encontrava-se em uma relação de dependência (SODRÉ, [1964] 1983, p. 136).

Para Sodré, o latifúndio exportador consistia em um setor feudal da economia, portanto, excluído da categoria de burguesia. A tese do autor é que a decadência da escravidão no Brasil teria originado um processo de reversão feudal no campo brasileiro, com a expansão de relações de produção não-assalariadas fundamentadas na subordinação interpessoal do trabalhador ao senhor de terras. Os latifundiários seriam, portanto, senhores de terras e servos e sua existência, materializando um setor “arcaico” da economia, seria um entrave para o desenvolvimento do capitalismo, representado pelo avanço da burguesia industrial (SODRÉ, [1964] 1983, p. 41). Nesta análise, a oligarquia se encontrava em aliança com interesses externos ao país representados pelo imperialismo e que fortaleciam o seu poder de classe. A pressão externa exercida pelos capitais imperialistas, por sua vez, limitava o campo de atuação da burguesia, também obstaculizando o seu desenvolvimento econômico.

Mesmo incapaz de impor a sua supremacia em relação aos demais setores da economia brasileira, Sodré ([1964] 1982, p. 169) destaca como a burguesia industrial demonstrava, desde o século XIX, conflitos de interesse em relação à política estatal favorável à oligarquia e ao imperialismo, evidenciando o embrião da luta entre essas classes sociais que posteriormente viria a se desenvolver. Estes conflitos, longe de representarem qualquer possibilidade de ruptura com a situação vigente, centravam-se principalmente nas discussões referentes à questão tarifária. Como uma expressão desse movimento, o autor aponta o manifesto de 1882 da Associação Industrial do Rio de Janeiro, fundada em 1881. De acordo com o autor, “O manifesto de 1882 representa [...] pronunciamento importante, em que a burguesia industrial nascente, gerada pela acumulação proveniente da economia de exportação, coloca no

palco as suas reivindicações” (SODRÉ, [1964] 1983, p. 170). Dentre os pontos do manifesto, Sodré destaca as críticas à tese de que a vocação econômica do Brasil seria essencialmente a agricultura; os ataques à política econômica liberal do governo imperial, desfavorável às indústrias; e a reclamação por uma independência econômica do país que, na visão da Associação, só seria alcançada pela industrialização.

A situação de subordinação da burguesia industrial às oligarquias agrárias permaneceu a mesma após a Proclamação da República, em 1889. Na opinião de Sodré, a mudança no regime político foi a consequência de um fracionamento das próprias oligarquias. Uma parcela desta classe empreendeu a transição política em aliança com a ascendente burguesia industrial que buscava um espaço para si no bloco de poder dominante (SODRÉ, [1964] 1983, p. 170). A despeito dessa situação de relações de força, os processos políticos no início da Primeira República expressaram, em alguma medida, a contradição em gestação durante o período anterior. A burguesia, utilizando como sua vanguarda política setores das classes médias, buscou – ainda que timidamente – impor à oligarquia algumas reformas no sentido de uma política industrializante. Uma das manifestações desse movimento durante o Governo Provisório foi, na opinião do autor, a atuação de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda, “[...] intérprete autorizado da ascensão burguesa em nosso país” (SODRÉ, [1964] 1983, p. 173). Esta teria sido a primeira grande batalha da burguesia industrial brasileira para tornar seus interesses dominantes no Estado, estendida também pelo governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Nas palavras de Sodré ([1964] 1983, p. 178), estava em movimento uma “[...] surda luta econômica entre a velha e a nova estrutura de produção, entre a economia exportadora e a economia de mercado interno, entre o latifúndio e a burguesia”.

Entretanto, os esforços da burguesia e seus aliados nas classes médias reformadoras foram derrotados e a economia feudal, nos termos do autor, foi reforçada pela chamada política dos governadores. A supremacia das oligarquias agrárias persistiria por mais alguns anos. A situação começou a se alterar apenas com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. O conflito mundial produziu um afrouxamento na pressão externa exercida pelo imperialismo nos países dependentes, devido à necessidade da mobilização dos recursos e forças das nações envolvidas para a guerra. Como resultado, as trocas internacionais de mercadorias foram bastante afetadas, assim como a exportação de capitais para a periferia do sistema (SODRÉ, [1964] 1983, p. 212). Houve, em consequência, uma brusca diminuição na possibilidade de exportar mercadorias brasileiras, gestando uma crise no setor agroexportador (SODRÉ, [1964] 1983, p. 223). Para além disso, a Primeira Guerra Mundial obstruiu a capacidade da economia brasileira de importar produtos dos países centrais. Para superar este problema, iniciou-se um processo de substituição das importações, impulsionando a industrialização com o objetivo de atender a demanda existente.

Em síntese, de maneira processual, mas significativa, alteravam-se qualitativamente as relações de força na sociedade brasileira. A burguesia industrial ganhava cada vez mais terreno no âmbito da estrutura. A posição econômica das oligarquias, por sua vez, foi duramente afetada não apenas pela guerra, mas também pela crise capitalista de 1929. Para o autor, a crise possibilitou o destravamento das forças produtivas capitalistas no Brasil: “Na medida em que o latifúndio é profundamente golpeado, a burguesia

ascende com vigor” (SODRÉ, [1964] 1983, p. 256). As transformações estruturais na formação econômico-social brasileira logo ganharam uma expressão superestrutural com a Revolução de 1930.

Na análise de Sodré ([1964] 1983, p. 245-7), a Revolução de 1930 foi o caminho encontrado para o impasse gestado pela crise de 1929. Consistiu em um movimento contraditório, englobando duas tendências principais: a conformista e a reformista. A conformista tendia a buscar apenas uma substituição na camada dirigente no Estado que se demonstrava incapaz de lidar com a crise vigente, mas conservando as estruturas econômicas até então dominantes; a tendência reformista, por sua vez, desejava realizar verdadeiras transformações para quebrar o poder das oligarquias. A vanguarda política dos reformistas encontrava-se na pequena burguesia militar, cujo descontentamento com a situação política e social vigente até então manifestou-se no fenômeno do tenentismo, expressando, conforme o autor, a componente burguesa da revolução. Já a tendência conformista manifestava a presença de uma fração da classe latifundiária dentre as forças revolucionárias, cujos interesses econômico-corporativos a colocava em disputa com as frações até então dirigentes. A despeito das contradições internas do movimento e de suas indefinições teóricas, a Revolução de 1930 cumpriu o papel de alçar a burguesia industrial ao centro do poder político no Estado.

Porém, os conflitos internos entre as classes dominantes e suas distintas frações não eram o único vetor das lutas a determinarem as relações de força no Brasil. O avanço da industrialização fortaleceu, de forma contraditória, um importante sujeito político: o proletariado urbano, cuja organização se aprofundava, em um primeiro momento sob orientação política anarquista. Em 1917, o movimento dos trabalhadores conquistou um importante marco político com a realização da primeira greve geral no Brasil. Concomitantemente, no âmbito externo, ocorria a Revolução Russa de 1917, levando ao poder o partido bolchevique e iniciando o processo de transição socialista no país. O acontecimento internacional não deixou de ter influência no movimento operário brasileiro: em 1922, era fundado, por ex-lideranças anarquistas, o PCB, levando a organização política da classe trabalhadora brasileira a um novo patamar.

O avanço da presença do componente proletário nas lutas de classes amedrontava a burguesia. Este processo era acompanhado pela retomada da pressão imperialista após o fim da Primeira Guerra Mundial e de avanço político do latifúndio. Então, a burguesia industrial ascendente, diante das crescentes reivindicações das classes subalternas, optou por conciliar com o latifúndio e o imperialismo, traindo as forças que a ajudaram a tomar o poder: o tenentismo foi liquidado como tendência organizada e, em 1937, a burguesia instaurou o Estado Novo, uma ditadura repressiva contra a classe trabalhadora, consolidando a aliança entre as novas e velhas classes dominantes. O Estado Novo, sob a liderança política de Getúlio Vargas, permaneceu instituindo as reformas burguesas do período anterior, mas agora sob uma nova composição política no bloco de poder dominante. Para Sodré, este recuo da burguesia significou o estancamento da revolução iniciada em 1930:

Com o Estado Novo, a burguesia brasileira traía as classes e camadas que a vinham ajudando em sua ascensão [...] Mas já não teria as mesmas condições para levar aos extremos limites a sua própria revolução, que resultaria amputada e frustrada (SODRÉ, [1964] 1983, p. 270).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, consolidou-se uma nova organização da divisão internacional do trabalho. Os Estados Unidos da América (EUA) emergiram da guerra como a nova potência imperialista hegemônica no mundo. As disputas geopolíticas e militares entre o imperialismo estadunidense e os países alinhados com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se aprofundavam. Na nova situação, a busca por locais de aplicação dos capitais estadunidenses ampliava a pressão imperialista sob a América Latina. Com a nova predominância do mercado interno em detrimento do setor exportador na economia brasileira, fruto das transformações em processo, a ação do imperialismo passava agora pela disputa desse mercado via investimentos externos diretos no setor industrial (SODRÉ, [1964] 1983, p. 282-3).

A burguesia brasileira, diante das novas relações de força, demonstrava vacilações e conciliava com o imperialismo. Não que os conflitos houvessem desaparecido: Sodré ([1964] 1983, p. 285) destaca como exemplo dessas contradições a luta em torno da criação da Petrobras e pela direção da política cambial durante o segundo governo Vargas. Todavia, a derrota de Vargas, resultando no seu suicídio, demonstrou a força do imperialismo e a impossibilidade de a burguesia brasileira combatê-lo sem apoiar-se nas forças populares (SODRÉ, [1964] 1983, p. 289). A posição vacilante da burguesia, conforme o autor, havia a conduzido à derrota. Nos anos seguintes, a penetração de capitais estrangeiros na economia brasileira aprofundou-se, em especial a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek nos anos 1950 (SODRÉ, [1964] 1983, p. 292).

Foi com base em sua análise histórica das relações entre a burguesia e o latifúndio; entre a burguesia e o imperialismo; e entre a burguesia e o proletariado que Sodré realizou sua formulação teórica sobre as tendências da burguesia brasileira e o papel do que chamou de “burguesia nacional” na etapa democrática e nacional da Revolução Brasileira. Em sua tese, o que sobressai aos olhos do leitor debruçado sobre a argumentação de Sodré é a postura vacilante desta classe social, quando inserida no conjunto das lutas de classes.

Ao tratar da contradição entre a burguesia e o latifúndio, o autor defende como a relação entre ambos passou por duas fases. Na primeira fase, teria havido compatibilidade de existência entre a burguesia e o latifúndio feudal, quando este era dominante na economia brasileira: os conflitos entre ambos teriam permanecido latentes e se manifestado apenas esporadicamente. Na segunda fase – o tempo presente de quando a obra foi escrita –, a contradição estaria aguda e o desenvolvimento da própria burguesia enquanto classe exigiria a liquidação do latifúndio. “A possibilidade tornou-se necessidade” (SODRÉ, [1964] 1983, p. 304). Havia, portanto, uma contradição objetiva entre as duas classes, situada pelo autor nos seguintes termos:

De um lado, acumula-se a enorme riqueza dos latifundiários e dos latifundiários-capitalistas e, de outro lado, a miséria e a fome de milhões de brasileiros que trabalham no campo. Para a burguesia, são eles consumidores em potencial, colocados praticamente fora do mercado. Ela está interessada em torná-los consumidores, em transformá-los de servos em proletários. [...] Para a burguesia, realmente, que tem contradições com o latifúndio, contradições objetivas, trata-se de resolver o problema da terra, liquidando o seu monopólio e colocando-a no mercado (SODRÉ, [1964] 1983, p. 312-3)

Todavia, o autor não deixa de destacar como a burguesia hesitava em liquidar seu suposto adversário, influenciada pelo medo da mobilização da classe camponesa, cuja organização política se aprofundava no período:

A burguesia tem poder para realizar tais alterações, será beneficiada com a sua realização, mas teme essa realização. Se estivesse na fase histórica em que operou a sua revolução originária, isto é, nos séculos XVII e XVIII, nada temeria. Quando se defrontou com situações semelhantes, mas já em condições históricas diferentes, no século XIX, como no caso da Alemanha e da Itália, por exemplo, realizou-a conciliando com o latifúndio e não o debilitando de tal forma que o liquidasse. Em nosso tempo, e nas condições históricas atuais, a sua tendência é, pois, realizar aquelas alterações em termos ainda mais tímidos do que aqueles que presidiram o seu avanço na Alemanha e na Itália, em termos de absoluta segurança para o seu destino como classe (SODRÉ, [1964], 1983, p. 313).

Ao abordar a relação da burguesia com o imperialismo, a posição vacilante daquela novamente transparece: “[...] a política da burguesia, em relação ao imperialismo, varia entre a resistência e a conciliação, ora preponderando uma, ora a outra” (SODRÉ, [1964] 1983, p. 317). Na avaliação do autor, a fração comercial da burguesia costumava apresentar uma posição a favor da associação às burguesias imperialistas; já a fração industrial, embora demonstrasse certa ambiguidade política, tendia a exprimir, através de suas entidades representativas, posições anti-imperialistas, devido ao seu interesse pela disputa do mercado interno.

A despeito de seu próprio argumento, Sodré reafirma que a contradição entre a burguesia brasileira e o imperialismo era um dado objetivo da realidade. As concepções feitas a este último nas disputas políticas derivariam muito mais de uma debilidade da própria burguesia do que de uma convergência de interesses entre as duas forças. A burguesia tendia a se aliar com o lado mais forte da contenda; na maioria das vezes, este era o imperialismo. Mas, de acordo com o autor, se as classes populares em aliança com essa fração de tendência anti-imperialista da burguesia fossem capazes de instituir uma pressão política consistente, poderiam travar as vacilações e a orientação política da burguesia seria empurrada para o enfrentamento aos interesses externos (SODRÉ, [1964] 1983, p. 323). Agir de forma contrária representaria uma espécie de “tiro no pé” da própria burguesia: “Ou a burguesia, que gere o Estado, adota uma nova política ou arrisca o seu próprio perecimento. A História registra alguns casos de suicídio de presidentes. Não registra nenhum caso de suicídio de uma classe” (SODRÉ, [1964] 1983, p. 324).

Para Sodré, a fração da burguesia em contradição objetiva com o imperialismo era aquela interessada na exploração do mercado interno. Esta seria a assim chamada “burguesia nacional” (SODRÉ, [1964] 1983, p. 326). A “burguesia nacional” era, em geral, associada à burguesia industrial, ainda que isto não fosse uma regra engessada. O critério definidor para o englobamento nesta categoria seria a posição objetivamente contrária da fração burguesa frente à política imperialista. A “burguesia nacional” seria, portanto, uma importante aliada das forças populares nas lutas contra os inimigos imediatos da conjuntura: o atraso representado pelo latifúndio feudal e a dependência representada pelo imperialismo. Caberia ao proletariado e as demais classes subalternas somar forças a este segmento da burguesia em uma

frente democrática e nacional, tendo em vista superar esses entraves e desenvolver um capitalismo autônomo no país.

A “burguesia nacional”, por sua vez, não teria opção a não ser aceitar esta aliança, posto que necessitava do apoio das classes subalternas para concretizar os seus interesses. É evidente, para o autor, que a contradição entre burguesia e proletariado não desapareceria no seio da frente democrático-nacional: a burguesia seguiria agindo para enfraquecer as iniciativas políticas autônomas do proletariado e para monopolizar as conquistas do enfrentamento político. E, principalmente após a Revolução Cubana de 1959, o anticomunismo tornava-se elemento de desagregação das posições anti-imperialistas da burguesia, através da incitação do medo em relação à revolução socialista. Ainda assim, o caminho adequado seria, para o autor, a construção da frente: as forças populares deveriam trabalhar para impor o necessário conteúdo democrático à revolução nacional que se avizinhava (SODRÉ, [1964] 1983, p. 333-5).

Ao analisarmos a posição de Sodré, podemos constatar como o autor identifica a tendência da burguesia brasileira de conciliar com o imperialismo e sua hesitação em enfrentar o setor latifundiário da economia para realizar uma reforma agrária, mesmo quando seus interesses aparentam estar em contradição com os da grande empresa rural. Ainda assim, o autor faz uma aposta política na possibilidade de uma fração desta classe assumir uma postura anti-imperialista e anti-latifúndio consequente. Parece haver, deste modo, uma contradição entre sua análise realista sobre a burguesia brasileira e suas expectativas políticas de que haveria uma fração burguesa – a “burguesia nacional” – cujos interesses objetivos a posicionaria como aliada para a consecução das tarefas democráticas e nacionais em atraso no Brasil. Por outro lado, o autor insiste em tratar o latifúndio como uma classe fora da burguesia, uma espécie de resquício feudal que precisaria ser liquidado, contrapondo um setor “arcaico” da economia – em aliança com o imperialismo – ao setor “moderno” – este sim, propriamente capitalista –, em uma relação em que o “velho”, supostamente, entravava o “novo”⁴. Na avaliação de José Paulo Netto:

[...] parece claro que Sodré subestimou as implicações econômicas, sociopolíticas e ideológicas do nível já alcançado pela integração do Brasil ao sistema capitalista mundial, bem como o grau de maturação das relações capitalistas na própria formação brasileira. (NETTO, 2011, p. 74-5).

As teses de Sodré, a despeito de seus equívocos, ilustram alguns elementos que compõem as particularidades da burguesia brasileira: sua tendência política à aliança com o imperialismo e os grandes proprietários de terra em detrimento dos trabalhadores, alimentada por sua aversão a incursões reformistas e afinidade com saídas coercitivas para lidar com as reivindicações dos subalternos. Os críticos de suas teses, por sua vez, nos ajudam a avançar ainda mais nesta compreensão, como veremos a seguir.

Caio Prado Jr.: a crítica teórico-metodológica e política à estratégia democrático-nacional

A formulação de Nelson Werneck Sodré e do PCB sobre a burguesia brasileira e seu papel na Revolução Brasileira sofreu duras críticas dentro do pensamento marxista revolucionário, inclusive no interior do próprio partido. Um dos principais críticos dessa formulação foi Caio Prado Jr., militante do PCB. Este autor escreveu uma obra direcionada ao embate teórico e estratégico intitulada *A Revolução*

Brasileira (1966), onde realizou uma crítica à estratégia democrático-nacional, bem como à análise da realidade brasileira vinculada à esta linha política. O livro de Prado Jr., publicado após o golpe empresarial-militar de 1964 e, portanto, do desfecho prático da tática da frente nacionalista e democrática encabeçada pelo PCB, possui dois aspectos centrais para a nossa presente discussão: 1) uma crítica à ideia da existência de um modo de produção feudal no campo brasileiro; 2) uma crítica à categoria de “burguesia nacional”.

Para Prado Jr., tanto a formulação sobre a existência de um feudalismo no campo – dividindo em classes opostas e em contradição a burguesia e as oligarquias agrárias – como a ideia de que haveria no Brasil uma fração burguesa tendencialmente anti-imperialista derivariam de equívocos teórico-metodológicos na aplicação do marxismo à realidade brasileira. Uma análise fiel ao método materialista histórico deveria partir da realidade concreta para, em seguida, apreender as categorias necessárias ao seu entendimento. Na avaliação de Prado Jr., o movimento realizado pelos teóricos defensores daquelas teses era justamente o inverso: partia-se de teorias formuladas pela análise de outras formações econômico-sociais, transportando-as mecanicamente para a situação brasileira. Esta seria a fonte do equívoco da tese sobre a existência de um modo de produção feudal no Brasil:

Transportou-se para cá, encaixando arbitrariamente e sem nenhum espírito crítico na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo cuja economia agrária, tão distinta da nossa, se caracterizava essencialmente pela presença de uma economia e classe camponesa, isto é, uma estrutura econômica e social de pequenos produtores individuais constituída de unidades familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência e onde o mercado representava papel secundário e subsidiário (PRADO JR., 1966, p. 117).

Em nossa avaliação, há um certo exagero – compreensível ao levarmos em conta que se tratava de uma disputa teórico-política – na afirmação do autor de que a utilização de categorias como “feudalismo” e “burguesia nacional” pelos teóricos defensores da estratégia democrático-nacional consistia em transposições acríticas e sem mediações de teorias externas para a nossa realidade. Como constatamos na seção anterior, as formulações de Sodré baseavam-se em um largo conhecimento sobre a história e a realidade brasileiras. Suas teses, a despeito de equívocos, calcavam-se no processo histórico que buscava analisar; não se tratava de nenhuma aplicação simplista de formulações alienígenas ao Brasil, ainda que, inegavelmente, certas categorias fossem importadas de outras situações históricas e generalizadas para a situação brasileira. Nos encontramos, portanto, alinhados à opinião de Netto (2011), para quem as debilidades na formulação de Sodré não derivavam de equívocos teórico-metodológicos, mas sim de “[...] insuficiências das bases empíricas sobre as quais ele construiu algumas de suas generalizações” (NETTO, 2011, p. 74).

Porém, o aspecto central da crítica de Prado Jr. nos parece relevante: mais do que buscar certas semelhanças formais entre determinados fenômenos presentes na realidade brasileira e na realidade feudal europeia, o procedimento analítico correto seria compreender o sentido adquirido por essas formas na totalidade integrada da formação econômico-social brasileira (PRADO JR., 1966, p. 123-4). E o sentido da estrutura desenvolvida no país era essencialmente diverso do das realidades que deram origem a essas categorias.

Conforme o autor, a realidade econômica brasileira foi um produto histórico da transição de uma situação colonial para uma economia nacionalmente integrada. Esta transição se iniciou com a transferência da corte portuguesa em 1808 – antecipando a Independência política – e concluiu-se com a Abolição do trabalho escravo em 1888 (PRADO JR., 1966, p. 126). Entretanto, apesar do processo ter se efetivado, o aspecto essencial da economia colonial – o sentido da colonização⁵ – conservou-se na nova situação, agora sob o sistema imperialista, expressando-se na permanência do latifúndio produtor de bens primários para a exportação, em uma estrutura produtiva voltada para fora do país e orientada por interesses externos. Mesmo após o avanço da industrialização, esses resquícios coloniais, nos termos do autor, permaneceram:

Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação consequente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações, essenciais à nossa subsistência, e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país (PRADO JR., 1966, p. 137).

Deste modo, para Prado Jr., o latifúndio, as formas de trabalho baseadas em relações interpessoais e as péssimas condições de vida dos trabalhadores no campo brasileiro não expressariam a existência de um modo de produção feudal no Brasil, mas sim de resquícios do passado colonial:

É certo que proprietários rurais empregam eventualmente no Brasil processos e expedientes de natureza não-econômica, e sim de subordinação pessoal na exploração de seus empregados, como sejam a retenção por dívidas, o pagamento em vales somente descontáveis no chamado “barracão” onde os preços são frequentemente superiores aos do comércio regular; e assim outros processos (inclusive até sanções e punições corporais) que emprestam às relações de empregador e empregado nítidas cores de submissão pessoal e, portanto, estranhas ao capitalismo, que se apoia essencialmente na liberdade jurídica do trabalhador. [...] Trata-se aí, contudo, de remanescentes escravistas explicáveis em país onde a abolição da escravidão data de pouco mais de duas ou três gerações (PRADO JR., 1966, p. 162-3).

Isso não significa que tais resquícios representariam um setor não-capitalista da economia. Prado Jr. enfatiza, por um lado, como o latifúndio sempre teve um caráter mercantil – logo, um sentido diverso da economia camponesa da Europa feudal – e como, a partir do século XIX, as relações sociais capitalistas penetraram no campo brasileiro, alimentando-se de tais resquícios: as “sobrevivências escravistas”, nas palavras do autor (PRADO JR., 1966, p. 150), não foram obstáculos para o desenvolvimento do capitalismo; ao contrário, possibilitaram o rebaixamento da remuneração da força de trabalho e a ampliação da extração de mais-valia, viabilizando a acumulação em diversos empreendimentos. São relações capitalistas, apresentadas sob forma particular: “[...] as relações de produção predominantes na economia brasileira, inclusive na agropecuária, são de natureza capitalista” (PRADO JR., 1966, p. 155). E “O “negócio” da agricultura – e é nessa base que se estrutura a maior e principal parte da economia rural brasileira – não se mantém muitas vezes senão graças precisamente aos baixos padrões de vida dos trabalhadores” (PRADO JR., 1966, p. 151-2).

Logo, para o autor, não seria possível tratar a burguesia industrial e os latifundiários como duas classes sociais distintas. Consistiam, na realidade, em duas frações da mesma classe: a classe dos capitalistas, interessada em valorizar o valor que possuíam através da exploração da força de trabalho. Não seria possível dizer, assim, que a situação vigente no campo brasileiro entravava ou dificultava o desenvolvimento do capitalismo. Tratar da burguesia brasileira é considerar também a sua fração agrária, cujos interesses, enquanto classe, a situavam no mesmo plano dos industriais e cujas formas de atuação econômica – os resquícios escravistas, para o autor – não apenas eram compatíveis com a essência capitalista do processo de produção como catapultavam a acumulação.

Por outro lado, seria um equívoco apostar em um suposto interesse da burguesia industrial de liquidar o setor agroexportador da economia. Prado Jr. argumenta que, apesar da existência de inegáveis conflitos entre os setores urbano-industriais e os setores agropecuários, estes seriam muito mais fruto da própria natureza concorrencial das operações capitalistas do que de uma contradição entre classes sociais antagônicas. Havia, na realidade, um profundo imbricamento entre as atividades industriais e as atividades agrárias (PRADO JR., 1966, p. 180-1). “Em suma, os diferentes setores da burguesia brasileira evoluíram paralelamente, ou antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses” (PRADO JR., 1966, p. 182).

Sobre a relação entre a burguesia brasileira e o imperialismo, o autor é enfático ao afirmar a ausência de contradições insuperáveis entre ambos os grupos sociais. Prado Jr. resgata o fato histórico de que há, desde a gênese do Brasil, uma inserção subordinada da economia brasileira ao mercado mundial, expressando-se em uma dependência em relação aos países centrais do capitalismo (PRADO JR., 1966, p. 182). Produto e produtora desta situação histórica, a burguesia brasileira nunca demonstrou grandes resistências à integração ao sistema imperialista:

Essa é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a essa fase de seu desenvolvimento. O país se fará imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações. O capital e as iniciativas imperialistas não encontrarão aqui, como se deu na Ásia e África, uma estrutura econômica e organização social que deviam ser preliminarmente remodeladas em maior ou menor escala, e amoldadas à natureza de suas atividades e seus interesses. O terreno já se achava para isso preparado e predisposto (PRADO JR., 1966, p. 183).

Na avaliação do autor, havia uma predisposição da burguesia brasileira à recepção de capitais estrangeiros, cujas inversões no Brasil se aprofundaram a partir da década de 1870, com a ascensão do imperialismo. Esta situação se dava pela ausência de grandes conflitos sociais entre a nascente burguesia urbano-industrial brasileira – ela mesma composta significativamente por estrangeiros – e pelo fato de os capitais externos terem proporcionado uma abertura de novas possibilidades de negócios para esta fração de classe. Os capitais investidos em ramos estruturais como estradas de ferro, portos modernos e serviços públicos urbanos foram, em sua grande maioria, provenientes dos países centrais. Havia, deste modo, um conjunto de vantagens imediatas para a burguesia brasileira caso esta se associasse ao imperialismo que não poderiam ser obtidas com o seu isolamento (PRADO JR., 1966, p. 184-5).

Mesmo após a consolidação da segunda divisão internacional do trabalho com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando efeitos negativos da penetração imperialista começavam a se tornar nítidos devido à crescente competição pelo mercado interno, as vantagens da nova situação para a burguesia brasileira superavam largamente as adversidades. Nos ramos mais dinâmicos da economia, como o automobilístico, a burguesia foi contemplada com exemplos e modelos para os seus empreendimentos, bem como recursos financeiros e abertura de possibilidades de acumulação impulsionadas pela complexidade dos processos industriais que aqui se instalavam. Os investimentos externos sequer eram tratados pela burguesia brasileira como “imperialistas”; eram reduzidos a meras transações comerciais privadas, sem maiores implicações econômicas e políticas (PRADO JR., 1966, p. 188).

Isto não significa, na opinião do autor, que a relação entre a burguesia brasileira e o imperialismo não era perpassada por tensões e conflitos. Estes existiam e por vezes se apresentavam em manifestações e críticas de alguns integrantes da burguesia aos capitais estrangeiros. Mesmo essas críticas e divergências, porém, eram tímidas e hesitantes, normalmente reservando-se às medidas extremas de favorecimento às burguesias imperialistas, como a Instrução 113 de 1955 da Superintendência da Moeda e do Crédito⁶. Seria necessário “[...] distinguir casos particulares e específicos deste ou daquele homem de negócios, de situações gerais capazes de gerarem uma oposição política de classe entre burguesia brasileira, ou setores apreciáveis dela, e o imperialismo (PRADO JR., 1966, p. 189).

Em síntese, havia uma perfeita possibilidade de ajustamento da burguesia brasileira ao sistema imperialista. Para Prado Jr. (1966, p. 190-1), seria um equívoco, portanto, acreditar na existência de um setor nacionalista conseqüente desta classe social no Brasil: não havia, em nosso país, uma “burguesia nacional” capaz de levar a cabo uma revolução democrático-nacional supostamente em atraso. A burguesia brasileira não apenas se beneficiava das formas “arcaicas” existentes em nossa formação econômico-social, como também da associação com o imperialismo.

De acordo com o autor, a categoria de “burguesia nacional” seria uma importação indevida para a realidade brasileira dos debates referentes à Revolução Chinesa. Dada a situação do desenvolvimento capitalista naquele país, havia, de fato, uma fração da burguesia chinesa cujos interesses objetivos a situavam no campo anti-imperialista. Esta fração, denominada “burguesia nacional”, contrastava com a chamada “burguesia compradora”, uma categoria de comerciantes locais que transacionavam com o imperialismo, beneficiando-se da integração e defendendo a associação com o capital financeiro internacional (PRADO JR., 1966, p. 174-6). No Brasil, todavia, não era possível encontrar uma fração burguesa que correspondesse àquela categoria social. Nosso processo histórico concreto divergia da situação chinesa.

A crítica de Prado Jr. à estratégia democrático-nacional e à tese sobre a existência de uma “burguesia nacional” no Brasil nos concedem as bases para uma compreensão aprofundada das particularidades da burguesia dependente brasileira. Desde sua gênese e por todo o seu processo de desenvolvimento, a burguesia estabeleceu uma relação de complementariedade com imperialismo e beneficiou-se da permanência na formação econômico-social brasileira de formas aparentemente “arcaicas” de exploração e dominação social, bem como de elementos herdados do passado, como a

grande exploração agropecuária. Não há, portanto, contradição derradeira entre a burguesia industrial e o latifúndio e entre àquela e o imperialismo.

O equívoco de Prado Jr. está em tratar esse aparente “arcaísmo” presente na realidade brasileira como fruto de resquícios coloniais. Conforme aponta Caio Martins *et al* (2019, p. 30-1), esta formulação induz o autor à concepção estratégica de que a Revolução Brasileira não seria imediatamente socialista, mas deveria centrar seus esforços no processo de integração do mercado interno via reformas que visassem superar o passado colonial, o que contraditoriamente, a despeito de sua crítica, o aproximava politicamente à uma estratégia nacional como a do PCB. Como veremos a seguir, o que Prado Jr. entendia como resquícios coloniais tratavam-se, em realidade, das particularidades econômicas, sociais e políticas de um capitalismo *sui generis*: um capitalismo dependente, fundado na superexploração da força de trabalho, base sobre a qual devemos pensar a ação da burguesia brasileira, produto e produtora dessas condições.

Ruy Mauro Marini: das pretensões autárquicas da burguesia brasileira à cooperação antagônica com o imperialismo

Outro autor crítico às teses sobre a existência de uma “burguesia nacional” no Brasil é Ruy Mauro Marini. Este pensador foi – ao lado de Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank – um dos expoentes da assim chamada teoria marxista da dependência (TMD). Conforme declarou o próprio Marini ([1990] 2011a, p. 63-4), a TMD surgiu como uma crítica às formulações sustentada pelos Partidos Comunistas na América Latina. O local e momento em que esta crítica ganhou contornos mais definidos foi no Brasil, durante os anos 1960. Os militantes da “nova esquerda” buscaram se contrapor ao etapismo do PCB à época, propondo a revolução socialista como a saída para os problemas fundamentais das classes subalternas brasileiras. As formulações da TMD ganharam contornos organizativos a partir de 1961, com a fundação da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop), da qual Marini participou. As críticas deste autor não eram, portanto, desinteressadas: assim como Prado Jr., o debate proposto por Marini gravitava em torno das disputas estratégicas acerca da Revolução Brasileira e latino-americana.

Em 1969, o autor publicou um livro intitulado *Subdesenvolvimento e revolução* (MARINI, [1969] 2017), onde desenvolveu sua crítica teórico-política ao etapismo e, no processo, realizou uma análise concreta de situação concreta da realidade brasileira. Em especial no segundo capítulo, “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, esta análise foi acompanhada pela elaboração de sua tese sobre a burguesia brasileira. Para ele, a ideia da existência de uma “burguesia nacional” com impulsos anti-imperialistas consequentes e capaz de levar a cabo um projeto de capitalismo autônomo no Brasil “[...] não resiste [...] à menor análise” (MARINI, [1969] 2017, p. 158). O critério utilizado pelo autor para chegar a esta conclusão teórica foi a prática política concreta da burguesia brasileira, cujo resultado histórico foi o movimento contrarrevolucionário que desaguou no golpe empresarial-militar de 1964 e na transição da nossa formação econômico-social para um novo patamar de integração ao sistema imperialista: o

subimperialismo, correspondendo “[...] à impossibilidade definitiva de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil” (MARINI, [1969] 2017, p. 158).

A análise de Marini buscou apreender os distintos vetores das lutas de classes no capitalismo brasileiro, tanto internos como externos, considerando a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho e os impactos desta condição dependente no desenvolvimento econômico e político do país. O autor não compreendia os dinamismos externos – representados pela ingerência das potências imperialistas na vida nacional e as flutuações do mercado mundial – como fatores exógenos à formação econômico-social brasileira: Marini articulava dialeticamente as determinações internas e externas para demonstrar como a condição dependente na qual se desenvolveu o capitalismo no Brasil – dando origem a um capitalismo *sui generis*, o capitalismo dependente – produziu particularidades na relação entre as classes sociais fundamentais em nosso país – burguesia e proletariado – e como essas particularidades econômicas, sociais e políticas expressavam-se nas lutas concretas entre elas, bem como em suas relações com as burguesias dos países centrais.

Os elementos que autores vinculados à estratégia democrático-nacional identificavam como “deformações” ou “insuficiências” de desenvolvimento capitalista, associando essas formas reais à um suposto “pré-capitalismo”, seriam, para Marini – conforme destacado pelo autor em seu texto *Dialética da dependência* ([1973] 2011b) –, a “[...] forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano” (MARINI, [1973] 2011b, p. 132), cujo fundamento era a superexploração da força de trabalho: a tendência sistemática à ampliar a exploração até o ponto em que o desgaste sofrido pelo trabalhador durante o processo produtivo não conseguiria ser repostado, gerando uma “violação” do valor da força de trabalho⁷. A superexploração funcionava nas economias dependentes como uma mecanismo de compensação às transferências aos países centrais do valor produzido no subcontinente latino-americano, devido à troca desigual, e era possível de ser operacionalizada graças à existência de um enorme exército industrial de reserva e da vigência de uma cisão no ciclo do capital, do fato de que o consumo da classe trabalhadora latino-americana não era essencial para a realização das mercadorias produzidas pelos principais setores das economias dependentes⁸.

Em suma, a análise do autor baseava-se nas relações de força concretas produzidas pelo desenvolvimento capitalista dependente no Brasil:

O Brasil, com seus 90 milhões de habitantes e uma economia industrialmente diversificada, é uma realidade social complexa cuja dinâmica foge às interpretações unilaterais, ainda que esteja condicionada e limitada pelo marco internacional no qual está inserida. Sem uma análise da problemática brasileira, das relações de força existentes entre os grupos políticos e das contradições de classe que se desenrolavam sobre a base de uma dada configuração econômica, não se compreenderá a transformação política ocorrida a partir de 1964 (MARINI, [1969] 2017, p. 74).

Para Marini, a integração subordinada da economia brasileira à divisão internacional do trabalho com o processo de Independência Política (1822) – engendrando a transição para o modo de produção capitalista –, operou-se através da exportação de produtos primários, especialmente o café, e importação de produtos manufaturados. Com a crise desta estrutura a partir da Primeira Guerra Mundial e, principalmente, da crise de 1929, houve o consequente avanço da substituição de importações, acelerando

o crescimento tanto de uma burguesia industrial urbana vinculada ao mercado interno, como do proletariado no Brasil. Essa alteração na estrutura de classes da sociedade gerou um conjunto de tensionamentos nas bases da situação político-econômica até então vigente, marcada pelo domínio oligárquico, tanto através das novas reivindicações dos industriais em participar do bloco no poder, como pelos protestos da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e de vida (MARINI, [1969], 2017, p. 74). A burguesia industrial, gestada durante o período de predomínio do setor agroexportador, iniciava um movimento para se alçar ao centro do poder político no Estado. O resultado deste processo foi a Revolução de 1930.

A Revolução de 1930, como já vimos, abriu um período de instabilidade política que desaguou na instituição do Estado Novo em 1937, com a ditadura de Getúlio Vargas. O Estado Novo forjou uma nova coalizão dominante a partir de uma aliança entre a burguesia industrial e as velhas oligarquias, conservando os interesses destas últimas no novo equilíbrio estatal instituído. Em consequência, elementos da antiga estrutura, como o latifúndio, mantiveram-se na nova situação. O regime bonapartista de Vargas, contudo, não representava unicamente os interesses das novas e velhas classes dominantes: foram realizadas algumas concessões para a classe trabalhadora, de modo a enfrentar a “questão social” e frear os protestos operários, como a consolidação das leis do trabalho (CLT). Ao mesmo tempo, operando de maneira combinada a coerção e o consenso, o Estado varguista buscou enquadrar o movimento proletário em uma estrutura sindical corporativista, vinculada ao governo, objetivando diminuir a sua combatividade (MARINI, [1969] 2017, p. 75).

Na chave analítica de Marini ([1969] 2017, p. 139), o Estado Novo, ao invés de ter frustrado a revolução da burguesia no Brasil – como acreditava Sodré –, correspondia, na realidade, à concretização dessa revolução, posto que marcava a consolidação do poder burguês no Brasil. O fato de não ter havido uma ruptura com as forças provenientes da velha ordem como, por exemplo, na Revolução Francesa, não invalidava a essência do processo. Nem seria possível dizer que havia uma debilidade política da burguesia industrial frente às oligarquias, empurrando-a à uma posição vacilante, como se aquela não fosse capaz de vislumbrar e defender seus próprios interesses de classe.

Para o autor, em avaliação semelhante à de Prado Jr., o compromisso político estabelecido em 1937 entre as novas e velhas classes dominantes estava, na realidade, fundamentado em uma complementaridade objetiva entre a indústria e o latifúndio. A industrialização operada sob as condições do capitalismo dependente brasileiro requiritava a existência da concentração de terras no campo por, essencialmente, três razões: 1) havia uma drenagem de parte do excedente econômico produzido no setor agrário e que era colocado à disposição da burguesia industrial; 2) a manutenção da renda do setor agroexportador produzia um mercado consumidor para os produtos manufaturados, o único possível em um contexto de crise econômica externa e da necessidade de superexplorar a força de trabalho, o que limitava o mercado interno; 3) a concentração de terras gerava um êxodo rural, com a migração da população para o meio urbano, o que não apenas assegurava força de trabalho para a indústria, como também produzia um enorme exército industrial de reserva, garantindo a manutenção dos baixos salários

e, conseqüentemente, da superexploração que permitia o dinamismo necessário à acumulação neste setor (MARINI, [1969] 2017, p. 138-9).

Logo, não seria correto dizer que havia uma ausência de consciência de classe por parte da burguesia industrial ao se aliar às oligarquias. Pelo contrário: esta compreendeu muito bem quais eram seus interesses diante das condições objetivas do capitalismo dependente e agiu em conformidade com eles (MARINI [1969] 2017, p. 137). Por outro lado, a complementaridade objetiva que cimentava o compromisso de 1937 colocava abaixo a tese da contraposição entre o velho e o novo em nossa economia, tão forte, como constatamos, na análise de Nelson Werneck Sodré e do PCB à época. Em síntese, “[...] o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro” (MARINI, [1969] 2017, p. 139).

Entretanto, Marini reconhecia como, ainda que nos marcos desta aliança de classe, a burguesia industrial não se portava como um sujeito político passivo e lutava para impor seus interesses particulares caso estes não coincidissem com os das oligarquias. Isso se traduzia, por exemplo, nas disputas em torno da política de crédito, tributária e cambial (MARINI, [1969] 2017, p. 137). Em síntese, o desenvolvimento capitalista no Brasil processou-se nos marcos de uma relação dialética de complementaridade conflituosa entre os industriais e os latifundiários: um bloco de poder dominante com relevantes disputas internas, mas soldada por um compromisso político, naquele momento, intransponível (MARINI, [1969] 2017, p. 57).

No início dos anos 1950, a situação começou a se modificar. A complementaridade objetiva entre os interesses da burguesia industrial e das oligarquias se deteriorou progressivamente e contradições começaram a irromper. Isso ocorreu por três razões: 1) a crise das exportações no Brasil, condicionada pela reorganização do mercado mundial no pós-Segunda Guerra, diminuiu a capacidade da burguesia de importar os bens necessários para sustentar o processo de industrialização; 2) o setor agrário passou a ter dificuldade de abastecer as cidades com alimentos por um preço baixo, o que, combinado com a crescente luta sindical dos trabalhadores, gerava distúrbios na dinâmica de acumulação industrial calcada na superexploração; 3) os avanços tecnológicos na indústria, poupando força de trabalho, impossibilitavam este setor de absorver a maior parte dos trabalhadores que migravam do campo para a cidade, agravando as expressões da “questão social” no meio urbano. “Na realidade, ocorria que o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro colidia com o limite imposto pela estrutura agrária” (MARINI, [1969] 2017, p. 142). Por outro lado, como já vimos, ao fim da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo iniciou uma nova investida sobre a América Latina, instituindo uma reorganização na divisão internacional do trabalho, agora sob hegemonia dos Estados Unidos.

Para Marini, a relação da burguesia com o imperialismo era marcada por um duplo movimento: a despeito da evidente associação na qual a burguesia brasileira consistia em um sócio-menor do capital estrangeiro, o autor constatou como essa relação era atravessada por conflitos. Em momentos determinados, uma fração da burguesia buscou, de fato, resistir aos avanços do imperialismo, ao mesmo tempo em que tentou enfrentar o setor agrário diante da ruptura do compromisso de 1937. A primeira expressão dessa tentativa de resistência foi a orientação nacional-desenvolvimentista do segundo governo

Vargas, iniciado em 1951. Com medidas que iam desde a criação de empresas estatais como a Petrobras, passando pela retenção da exportação de lucros, até perspectivas de uma reforma agrária, Vargas – expressando a resistência burguesa – buscou se apoiar no proletariado urbano para alcançar seus objetivos. O “pai dos pobres”, como era conhecido, realizou, através do seu Ministro do Trabalho João Goulart, um aumento de 100% do salário-mínimo para conquistar o consenso do proletariado. Contudo, pressionado por forças da direita e pelo imperialismo, Vargas foi forçado a demitir Goulart e tentar um rearranjo com a oposição. Isso gerou a perda do apoio popular, isolando Vargas, até que este se viu indefeso frente à pressão de seus adversários. O desfecho dessa primeira tentativa de incursão nacionalista da burguesia brasileira foi, por fim, a derrota, selada pelo suicídio de Vargas em 1954 (MARINI, [1969] 2017, p. 146).

Para o autor, o fim do governo Vargas e a gestão de seu vice, Café Filho, representaram uma vitória do imperialismo sobre a burguesia brasileira. Diante da crise do setor de exportação, o setor industrial encontrava-se desesperado para obter as divisas necessárias à importação do seu maquinário, bem como para incentivar a instalação da indústria pesada no Brasil. Neste contexto, a burguesia foi obrigada a aceitar medidas que facilitaram a entrada de capitais estrangeiros na economia nacional e que beneficiavam desproporcionalmente o imperialismo (MARINI, [1969] 2017, p. 81), como a já citada Instrução 113. Posteriormente, com o Plano de Metas de JK, que assumiu a presidência em 1956, a integração ao imperialismo se aprofundou cada vez mais através do investimento estrangeiro na indústria manufatureira e de base; da introdução no Brasil do maquinário obsoleto proveniente dos EUA; e da associação de empresas brasileira com as empresas estadunidenses (MARINI, [1969] 2017, p. 147).

Uma segunda tentativa de resistência da burguesia brasileira ocorreu em 1960. A alta dos preços dos bens alimentícios, determinada pela concentração fundiária, ampliou a combatividade do movimento operário. Isso afetou os investimentos estrangeiros, agudizando as contradições entre a burguesia e o capital monopolista estadunidense. Neste contexto, sob o governo de Jânio Quadros, a burguesia mesclou uma política econômica de contenção salarial com uma política externa mais autônoma em relação ao imperialismo, ao mesmo tempo em que recolocou a pauta da reforma agrária na mesa de negociação. A tentativa também fracassou e Jânio, pressionado pela direita, foi forçado à renúncia (MARINI [1969] 2017, p. 148). Houve a tentativa de um golpe militar em 1961 – o que parecia premeditar os acontecimentos de 1964 –, mas a resistência liderada por Leonel Brizola fez com que o vice de Jânio, João Goulart, assumisse a Presidência, ainda que sob uma espécie de trégua com a direita: a substituição do regime presidencialista pelo parlamentarismo (MARINI, [1969] 2017, p. 96).

Jango, então, reviveu a política da frente única proletário-burguesa operada durante o governo Vargas com o objetivo de restaurar os seus poderes presidenciais, agora com o apoio do PCB, cuja orientação estratégica, como já dissemos, apontava desde 1958 para uma aliança de classe com a “burguesia nacional”. O objetivo central desta frente única era a conquista das chamadas “reformas de base”. O governo de Goulart representou, assim, uma terceira tentativa da burguesia brasileira de enfrentar o latifúndio e o imperialismo, em busca da superação da crise em que se encontrava a economia nacional. Dentre as medidas que apontavam nessa direção, havia a implementação do monopólio estatal

da energia elétrica e restrição das exportações de lucros para o exterior, bem como a reforma agrária (MARINI, [1969] 2017, p. 148).

Em suma, na avaliação de Marini, havia realmente uma fração nacionalista da burguesia que sustentava o governo Goulart, propondo medidas de enfrentamento aos interesses estadunidenses. Esta fração era composta fundamentalmente pelas pequena e média burguesias, bem como alguns grandes setores industriais ainda em fase de implementação. O grosso da grande burguesia, por outro lado, tendia à moderação política e à associação ao imperialismo. Isso não significava que ela, em alguns momentos, não defendesse políticas de cunho nacionalista. Mas essas reivindicações configuravam mais manobras táticas para aumentar o seu poder de barganha frente ao seu sócio-maior, o imperialismo, do que de fato uma política anti-imperialista consequente. Pelo contrário: era, em certa medida, cômodo a essa grande burguesia se integrar aos capitais estrangeiros para obter a tecnologia e o maquinário incluídos no pacote, visando ampliar sua competitividade no mercado interno (MARINI, [1969] 2017, p. 148-50).

O autor enxergava na existência dessa heterogeneidade e, em alguma medida, disputa de projetos no seio da burguesia brasileira – de um lado, a defesa de um capitalismo autônomo e, do outro, a reivindicação moderada de um desenvolvimento associado ao capital estrangeiro –, o fundamento objetivo das análises do PCB sobre a existência de uma “burguesia nacional” no Brasil (MARINI, [1969] 2017, p. 148). Sua crítica às teses relacionadas à estratégia democrático-nacional, diferentemente das de Prado Jr., não tratava as formulações adversárias como importações mecânicas e acríicas de teorias estrangeiras, mas como ideias que, a despeito de equívocos, possuíam base na situação concreta das lutas de classes no Brasil. O centro da crítica de Marini consistia em apontar como o PCB não foi capaz de compreender as condições concretas do capitalismo dependente brasileiro e como estas impossibilitavam a suposta “burguesia nacional” de levar à frente este projeto nacionalista. Em outras palavras, os teóricos da estratégia democrático-nacional não haviam compreendido as particularidades da burguesia dependente no Brasil, resultando em equívocos tático-estratégicos e uma derrota profunda das forças revolucionárias.

Frente ao acirramento das lutas de classes com a crescente mobilização popular pela elevação dos salários e pelas “reformas de base” nos marcos da frente única, a assim chamada “burguesia nacional” encontrou-se diante de um impasse que não conseguia solucionar nos marcos da conciliação de classes promovida pelo governo Jango. Ao mesmo tempo em que precisava mobilizar as massas trabalhadoras para enfrentar o latifúndio e o imperialismo, esta fração burguesa necessitava frear as crescentes demandas populares, não apenas pelo requerimento de conservar a superexploração da força de trabalho na qual se baseava o capitalismo dependente, mas também pelo caráter político que estavam assumindo, podendo vir a colocar em risco o sistema de dominação vigente no Brasil. O resultado foi que “[...] a burguesia - com os olhos colocados sobre a Revolução Cubana - abandonou totalmente a ideia da frente única de classes e voltou-se massivamente para as hostes da reação” (MARINI, [1969] 2017, p. 151), superando suas diferenças internas em prol da manutenção do sistema como um todo e apostando em uma solução de força, mesmo que a nova situação provocasse perdas econômico-corporativas para alguns de seus setores:

Na realidade, o que estava em xeque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia - grande, média e pequena - compreendeu isso e, esquecendo suas pretensões

autárquicas, bem como a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio-maior estadunidense, preocupou-se unicamente em salvar o próprio sistema. Foi como chegou ao regime militar, implantado no dia 1º de abril de 1964 (MARINI, [1969] 2017, p. 153).

Para o autor, a burguesia brasileira, enquanto classe, renunciou a um desenvolvimento capitalista autônomo para salvar o conjunto do seu sistema. A solução encontrada para a crise nacional foi a transição a um novo patamar de integração ao sistema imperialista: o subimperialismo, representando a vitória da grande burguesia associada sobre os setores recorrentemente chamados de “burguesia nacional”. Estes últimos foram incapazes de apresentar uma “[...] alternativa senão uma demagogia nacionalista e populista, que apenas encobre sua incapacidade para fazer frente aos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico” (MARINI, [1969] 2017, p. 159). Deste modo, as pretensões autárquicas da burguesia brasileira foram definitivamente enterradas, e, sob a égide da ditadura empresarial-militar instaurada em 1964, as relações com o imperialismo reestabilizadas nos marcos de uma cooperação antagônica, onde, ao mesmo tempo em que o Brasil se encontrava subordinado aos ditames dos EUA, a burguesia subimperialista apresentava uma autonomia relativa para operar seus projetos, principalmente na região latino-americana (MARINI, [1969] 2017, p. 43). Os fundamentos do capitalismo dependente brasileiro, como a superexploração, reproduziram-se sob novas formas, reforçadas pela coerção estatal:

A ditadura militar aparece, assim, como a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas. Seu aspecto mais evidente foi a contenção, pela força, do movimento reivindicativo das massas. Intervindo sobre os sindicatos e demais órgãos de classe, dissolvendo as agrupações políticas de esquerda e calando seus órgãos de imprensa, aprisionando e assassinando líderes operários e camponeses, promulgando uma lei de greve que obstaculiza o exercício desse direito trabalhista, a ditadura conseguiu promover, pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Ditaram-se normas fixando limites para reajustes salariais e regulamentando rigidamente as negociações coletivas entre sindicatos e empresários, acarretando numa sensível redução do valor real dos salários (MARINI, [1969] 2017, p. 153).

A conclusão da crítica de Marini é precisa: as massas exploradas brasileiras, buscando reformas no sistema para melhorar suas condições de vida, tensionaram ao máximo os limites do capitalismo dependente, as possibilidades do sistema de oferecer conquistas democratizantes para a maioria da população. A passagem do conjunto da burguesia brasileira para a reação evidenciava como esta seria incapaz de cumprir as tarefas necessárias para resolver os problemas fundamentais do povo brasileiro. Só restaria para os subalternos uma única alternativa: a luta pelo socialismo (MARINI, [1969] 2017, p. 161).

Em síntese, para Marini, a burguesia brasileira, produto e produtora das condições particulares de um capitalismo dependente, regido por tendências específicas – dentre as quais a sistemática superexploração da força de trabalho – mantinha uma relação dialética de complementaridade e conflito com as estruturas herdadas da antiga ordem social e com o imperialismo. Para apreender esta contradição da burguesia dependente brasileira, Marini utilizou a categoria de cooperação antagônica: a interdependência entre as forças sociais dominantes no Brasil – indústria e latifúndio; indústria e imperialismo – eram produto da forma *sui generis* através da qual desenvolveu-se o capitalismo em nosso país; contudo, nos marcos desse compromisso entre o “andar de cima”, gestavam-se diversos conflitos

internos relevantes para entender a dinâmica do comportamento de classe da burguesia. Em nossa avaliação, esta é a contribuição central de Marini para a análise das particularidades da burguesia dependente brasileira.

Florestan Fernandes: a relação entre capitalismo dependente e autocracia burguesa

Por fim, abordaremos um terceiro crítico da estratégia democrático-nacional e da categoria de “burguesia nacional”: Florestan Fernandes, que desenvolveu sua tese sobre a burguesia brasileira em sua obra-prima, *A revolução burguesa no Brasil* ([1974] 1987). Neste livro, o sociólogo brasileiro se colocou alguns problemas de pesquisa centrais: quais foram as particularidades da revolução burguesa no Brasil? Por que o processo de consolidação do poder burguês em nosso país foi substancialmente diferente dos processos revolucionários “clássicos”? E, por fim, qual a relação entre as particularidades da estrutura do capitalismo brasileiro e as formas sociais de dominação que se desenvolveram nesta formação econômico-social? Como veremos, a análise do autor nos concede subsídios para compreender as raízes das formas de dominação produzidas pela burguesia dependente brasileira; ou, em outras palavras, a relação entre capitalismo dependente e autocracia burguesa.

Fernandes ([1974] 1987, p. 203) entendia a revolução burguesa como um processo complexo de maturação das formas econômicas, políticas, sociais e psicoculturais da sociedade burguesa moderna em uma determinada formação econômico-social, tendo como ponto de culminância a consolidação do poder burguês, ou da dominação burguesa, no país. No Brasil, este período histórico culminante correspondeu, em sua opinião, à transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista durante os anos 1960, através da forma de dominação autocrática instaurada pela ditadura empresarial-militar (FERNANDES, [1974] 1987, p. 220).

Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil desenrolou-se através de três etapas: 1) a fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno, também chamada por Fernandes de fase de transição neocolonial; 2) a etapa de formação do capitalismo competitivo; e 3) a fase de transição para o capitalismo monopolista. A primeira fase compreendeu o período entre a abertura dos portos (1808) e a década de 1860, quando a integração da economia agroexportadora ao mercado mundial assentou as bases para o desenvolvimento de um mercado capitalista, ainda sob a predominância de relações sociais de produção escravistas. A segunda fase foi marcada pela expansão e consolidação das relações de produção capitalistas a partir do paulatino processo de formação do mercado de trabalho, com a dissolução da escravidão, e da crescente transição do dinamismo econômico para o eixo urbano através da industrialização, indo do último quartel do século XIX até a década de 1950. Por fim, a terceira fase consistia na irrupção das operações produtivas, comerciais e financeiras vinculadas às grandes corporações monopolistas internacionais e/ou associadas, adquirindo caráter estrutural a partir do golpe de 1964 (FERNANDES, [1974] 1987, p. 224-5).

De acordo com Fernandes ([1974] 1987, p. 226), a situação de transição neocolonial instaurada a partir da ruptura com o monopólio comercial típico da fase colonial possibilitou que o excedente

econômico produzido pela estrutura escravista e exportadora do café fosse reaplicado internamente, em especial nas crescentes cidades, dando origem às primeiras manufaturas no Brasil. Este processo estabeleceu a base para a transformação capitalista em nosso país. De maneira paulatina, as antigas aristocracias agrárias vão sofrendo um aburguesamento para se adaptar à nova situação desencadeada pela integração ao mercado mundial, conservando formas provenientes do passado colonial como o latifúndio e, em um primeiro momento, a escravidão, através de um processo de modernização conservadora (FERNANDES, [1974] 1987, p. 210). Concomitantemente, surgiam as primeiras expressões de uma burguesia industrial no Brasil.

Na análise do autor, a consolidação do capitalismo brasileiro durante a fase de formação do capitalismo competitivo, em meados da década de 1860, foi condicionada por uma dupla articulação: de um lado, havia uma profunda interpenetração do setor agrário com o nascente setor urbano-industrial, uma vez que parte do excedente produzido pelo latifúndio era transferido às indústrias nascentes, de modo que a economia agroexportadora cumpria o papel de mecanismo da acumulação primitiva no Brasil:

Mormente depois que o café passa a garantir incrementos persistentes (embora oscilantes) do excedente econômico, a articulação se mostra uma fonte de ganhos reais para o *setor novo*, que se pode expandir em bases capitalistas graças principalmente à persistência do escravismo e à liberdade que o senhor desfrutava de transformar a expropriação do escravo em base material do crescimento urbano-comercial. Na prática, portanto, a articulação funcionava como equivalente histórico da revolução agrária, quando se compara a evolução do capitalismo no Brasil com a da Europa. [...] ela correspondia precisamente às funções da acumulação originária (FERNANDES, [1974] 1987, p. 228-9, grifos do autor).

Para além desta integração econômica, o autor destaca também o profundo vínculo social e cultural entre a nascente burguesia urbana e as velhas oligarquias rurais:

[...] cumpre não esquecer que o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural – qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica – e quer vivesse na cidade ou no campo sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia. [...] Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupação particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. [...] Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana (FERNANDES, [1974] 1987, p. 205).

De outro lado, o capitalismo brasileiro desenvolveu-se em associação subalterna às economias dos países capitalistas centrais: as formas de dominação das nações hegemônicas, cujo mecanismo de reprodução central durante a fase de transição neocolonial era o controle comercial, atingiram novo patamar com a emergência do imperialismo e a integração financeira entre centro e periferia, via exportação de capitais para esta última. (FERNANDES, [1974] 1987, p. 234-5). Engendrada sob essas condições, a transformação capitalista no Brasil foi induzida de fora para dentro, através da adaptação da economia brasileira aos dinamismos de expansão das economias centrais. Na opinião do autor, a expansão e consolidação das relações sociais capitalistas a partir desta forma específica de integração ao mercado mundial significava que o próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil tendia a reproduzir a relação

de dependência, obstaculizando qualquer processo de desenvolvimento autônomo e autossustentado neste período (FERNANDES, [1974] 1987, p. 239-40).

Uma das consequências desse padrão duplamente articulado de transformação capitalista foi a manutenção do que o autor chamou de “[...] práticas pré-capitalistas ou subcapitalistas” (FERNANDES, [1974] 1987, p. 246) na nova situação. Foi descartada qualquer perspectiva de reforma agrária no país para romper com o poder das oligarquias (FERNANDES, [1974] 1987, p. 204). Concomitantemente, engendrou-se a tendência à depreciação dos salários da classe trabalhadora em geral, acompanhada pela concentração social e racial da riqueza, pois o excedente produzido no Brasil era duplamente apropriado pela burguesia interna e pelos países imperialistas, o que, por sua vez, requisitava um aumento da exploração da força de trabalho (FERNANDES, [1974] 1987, p. 292).

Essa economia capitalista duplamente articulada foi a base objetiva de gestação da burguesia brasileira. Formada a partir dessas condições, a classe burguesa tendia a circunscrever seu horizonte de atuação política e econômica aos limites do capitalismo dependente, em uma ânsia de aproveitar as vantagens imediatas proporcionadas pela dupla articulação. Em outras palavras, a burguesia dependente brasileira jamais questionou decisivamente a manutenção do latifúndio supostamente “arcaico” no campo e a associação com o imperialismo. As manifestações burguesas contra o chamado “entreguismo” de certos governos, ao priorizarem uma política de privilegiamento do imperialismo, consistiam muito mais em uma luta por poder de barganha dentro dos próprios círculos empresariais do que intensões de romper com a associação externa: “[...] os esforços esboçados para corrigir as limitações e as inibições do padrão existente de desenvolvimento capitalista foram inócuos. Meras verbalizações, caíam com frequência num irremediável vazio histórico” (FERNANDES, [1974] 1987, p. 242-3).

Para o autor, a burguesia brasileira seria incapaz, devido à sua própria configuração econômico-social, de romper com a dupla articulação. Ainda que protagonizasse transformações econômicas, políticas e sociais, a burguesia operava tais mudanças nos marcos do circuito fechado do capitalismo dependente, conciliando interesses díspares e os acomodando em uma ordem social explosiva:

Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, [1974] 1987, p. 250).

Dadas essas condições objetivas, a burguesia brasileira, enquanto classe, tornou-se intolerante a qualquer grau de protagonismo político das classes trabalhadoras nas grandes decisões da vida nacional. As reivindicações democratizantes dos trabalhadores, gravitando em torno da luta por melhores condições de vida, não poderiam ser atendidas e sequer suportadas pelas classes dominantes, posto que infligiam diretamente as bases do capitalismo dependente e, portanto, da dominação burguesa. A burguesia, então, direcionou sua ação para restringir os circuitos políticos de tomada de decisões ao “andar de cima”, por vezes sob a égide de uma democracia liberal formal, mas que, em essência, consistia em uma “democracia restrita”. Qualquer iniciativa reformista “de baixo para cima”, qualquer “revolução dentro da ordem”

partindo dos subalternos, era rechaçada por possuir potencial de transitar para uma “revolução contra a ordem”. A intolerância da burguesia possuía, assim, um claro sentido político: fundamentava-se objetivamente na necessidade de manter as bases do seu poder de classe (FERNANDES, [1974] 1987, p. 211-2).

A expressão em termo de formas de dominação desta particularidade da burguesia brasileira foi a reação violenta e o uso intensivo da coerção contra a classe trabalhadora, através do Estado:

As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, era um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (FERNANDES, [1974] 1987, p. 206).

Em suma, a burguesia brasileira, produto e produtora do capitalismo dependente, teria “[...] moderado espírito modernizador?” (FERNANDES, [1974] 1987, p. 206), operando suas transformações econômicas e sociais sem levar a cabo as tarefas democráticas típicas das revoluções burguesas “clássicas”. Comprometida com tudo o que lhe fosse vantajoso, operando a sua modernização capitalista através da integração de elementos “arcaicos” conservados do passado, a burguesia construiu a sua ordem social sob as bases da dupla articulação e suas consequências draconianas para as classes subalternas no Brasil.

As condições sob as quais foi operada a transição para o capitalismo monopolista, por sua vez, tornaram ainda mais explícita essa tendência reacionária da burguesia brasileira. Para o autor, a concretização da revolução nacional da burguesia dependente brasileira deu-se com o golpe empresarial-militar de 1964, produzindo a integração horizontal da burguesia enquanto classe e consolidando o seu poder político no Estado, representando o momento em que a burguesia compreendeu suas verdadeiras tarefas históricas. O elemento em que se baseava-se a solidariedade de classe da burguesia e que soldava sua integração horizontal era essencialmente o terror proveniente das reivindicações dos subalternos, estigmatizadas como elementos “fora da ordem” e que poderiam colocar o conjunto do sistema em risco. A resposta da burguesia à essa pressão vinda de baixo foi a instauração de uma ditadura de classe preventiva (FERNANDES, [1974] 1987, p. 316-7): erigiram-se formas abertamente autocráticas de dominação, assegurando o controle exclusivo do Estado pela burguesia para operar a transição à nova fase do capitalismo, conservando e aprofundando as condições da dupla articulação, agora sob o assim chamado imperialismo total⁹. Conforme o autor:

A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais [...] A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento (FERNANDES, [1974] 1987, p. 296, grifos do autor).

A partir desta análise, Florestan Fernandes fixou os termos através dos quais deve ser pensada a revolução burguesa no Brasil. De acordo com este autor, os processos revolucionários operados pelas burguesias não seriam os mesmos nas distintas formações econômico-sociais. Imputar à burguesia

brasileira a tarefa histórica de realizar transformações democráticas e de cunho nacionalista seria um equívoco baseado em uma concepção eurocêntrica do processo. O autor enfatiza como as revoluções burguesas devem ser estudadas a partir de análises das situações concretas, considerando o conjunto de determinações econômicas, políticas e sociais do país em questão (FERNANDES, [1974] 1987, p. 289-90).

Na situação brasileira, a revolução burguesa processou-se em uma época histórica em que a burguesia já havia abandonado os impulsos democratizantes das burguesias protagonistas das revoluções “clássicas”, como a Revolução Francesa. As tarefas centrais para essa classe seriam, agora, “[...] *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*” (FERNANDES, [1974] 1987, p. 294, grifos do autor). Deste modo, a revolução burguesa “tardia” brasileira, consolidando as bases do poder burguês no Brasil ao culminar no golpe de 1964, apresentou-se contraditoriamente para o conjunto das classes subalternas como uma contrarrevolução. Não se tratava de uma “revolução frustrada”, ainda por efetivar-se, como queriam os teóricos da estratégia democrático-nacional; mas sim da revolução burguesa possível sob o capitalismo dependente:

[...] o capitalismo dependente e subdesenvolvido constitui uma criação de burguesias que não podem fazer outra coisa além de usar os imensos recursos materiais, institucionais e humanos com que contam e a própria civilização posta à sua disposição pelo capitalismo para manter a revolução nacional nos estreitos limites de seus interesses e valores de classe. Elas contêm, ou sufocam, por esta razão, as impulsões societárias tão conhecidas ao igualitarismo, ao reformismo e ao nacionalismo exaltado de tipo burguês, expurgando-as, por meios pacíficos ou violentos, da ordem social competitiva. [...] Elas se tornam, em suma, os agentes humanos que *constroem, perpetuam e transformam* o capitalismo dependente e subdesenvolvido, levando a modernização para a periferia e adaptando a dominação burguesa às funções que ela deve preencher para que a transformação capitalista não só possa reproduzir-se em condições muito especiais, mas, ainda, tenha potencialidades estruturais e dinâmicas para absorver e acompanhar os ritmos históricos das economias capitalistas centrais e hegemônicas (FERNANDES, [1974] 1987, p. 309).

Por outro lado, a reprodução da dupla articulação na economia brasileira, agora na fase do imperialismo total, colocava à autocracia burguesa a tarefa de conciliar os interesses da burguesia interna com o das burguesias imperialistas. Este fator tornava a burguesia brasileira estruturalmente atrelada às forças imperialistas, definitivamente incapaz de promover qualquer tipo de enfrentamento ao ponto da ruptura com o capital estrangeiro (FERNANDES, [1974] 1987, p. 305). Essa particularidade da burguesia não provinha de nenhuma “debilidade” das classes dominantes brasileiras. Pelo contrário: a burguesia brasileira era, em realidade, uma classe social forte e necessitava sê-lo para defender internamente as bases do capitalismo contra a ação das classes trabalhadoras, visando preservar seus interesses gerais coincidentes com os de seu sócio-maior, o imperialismo. Sua fraqueza enquanto classe era, portanto, relativa (FERNANDES, [1974] 1987, p. 293-4).

Ao investigarmos a análise de Fernandes sobre a revolução burguesa no Brasil, podemos constatar como o autor apreende a profunda relação entre capitalismo dependente – uma economia capitalista fundamentada por uma dupla articulação, interna e externa – e as formas autocráticas de dominação burguesa. As condições objetivas nas quais opera a burguesia brasileira limitam as suas

possibilidades de atuação histórica. Seria um equívoco, portanto, acreditar na existência de uma “burguesia nacional” progressista, disposta a levar às últimas consequências transformações com um sentido democratizante e nacionalista no Brasil.

Na formação econômico-social brasileira, o que de fato vigorou “[...] é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (FERNANDES, [1974] 1987, p. 292, grifos do autor). Neste sentido, o autor, em nossa avaliação, apresenta uma contribuição essencial para a compreensão das particularidades da burguesia dependente brasileira: trata-se de uma classe dominante que tende à utilização de formas autocráticas de dominação diante das próprias condições sociais e econômicas que fundamentam a sua ordem social, com uma consequente intolerância praticamente “genética” à possibilidade do protagonismo popular nas grandes tomadas de decisão nacionais.

Considerações finais

A burguesia dependente brasileira é produto e produtora de um capitalismo *sui generis* – um capitalismo dependente –, fundado em uma dupla articulação: uma relação interna entre os setores urbano-industriais e os setores rurais baseados na grande propriedade, integrados em uma unidade dialética; e externa, entre a burguesia brasileira e o imperialismo, com quem encontra-se intimamente associada. Atuando a partir dessas condições – marcadas por legalidades específicas das formações econômico-sociais dependentes, como as transferências sistemáticas de valor para o exterior, a cisão no ciclo do capital e a superexploração da força de trabalho –, a burguesia brasileira assumiu uma tendência política profundamente reacionária e intolerante às reivindicações das classes subalternas, condicionada ao uso de formas autocráticas de dominação, a gosto do mandonismo oligárquico.

Não há no Brasil, portanto, uma “burguesia nacional” com impulsos progressistas e anti-imperialistas. Os projetos relacionados a um desenvolvimento nacional capitalista autônomo no Brasil, por mais que tenham possuído expressão significativa em determinados momentos da história, foram todos enterrados pela própria ação política da burguesia brasileira. Não por sua suposta debilidade, mas porque seus interesses objetivos de classe a tornavam incapaz de romper com a dupla articulação pelo temor de colocar toda a sua ordem econômica e social em risco. A ditadura empresarial-militar de 1964 e a integração sob um novo patamar da formação econômico-social brasileira às economias centrais do capitalismo coroaram definitivamente esta tendência histórica das classes dominantes em nosso país.

Isto não significa dizer, porém, que a burguesia dependente brasileira é um sujeito político passivo. Pelo contrário: lutou e luta para defender seus interesses econômico-corporativos perante os sócio-maiores da relação em ocasiões determinadas, sem, contudo, jamais colocar em risco esta associação. A burguesia brasileira opera, portanto, nos marcos de uma cooperação antagônica com as classes dominantes dos países centrais: busca adaptar seu campo de atuação às dinâmicas de expansão das economias hegemônicas, em uma relação contraditória de cooperação com conflitos pontuais.

Estudar a controvérsia sobre a “burguesia nacional”, sem qualquer transposição mecânica dos debates realizados à época para o tempo presente, nos parece, assim, relevante para evitarmos a repetição de erros históricos cometidos pelas organizações comprometidas com os interesses dos trabalhadores no Brasil. Conforme indicaram os autores analisados, o golpe empresarial-militar de 1964 foi a comprovação prática da justeza das críticas à existência de um setor progressista e nacionalista expressivo da burguesia em nosso país. Para além disso, os desdobramentos do golpe nos deixaram uma dura lição: erros de análise conformam equívocos na estratégia e o resultado pode ser – como foi – trágico para as classes subalternas. Os acontecimentos recentes em nosso país parecem reforçar essa lição histórica. Caberá àqueles que lutam por uma nova sociedade – sem qualquer forma de exploração e opressão – seguirem na batalha das ideias, não para realizar disputas teóricas ascéticas, mas para criticar a ideologia da conciliação de classes e influir na ação política das massas trabalhadoras, rumo à revolução socialista brasileira.

Referências:

- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, [1974] 1987.
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, [1917] 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2011a. p. 55-128
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2011b. p. 131-72.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, [1969] 2017.
- MARTINS, Caio *et al.* A “Estratégia Democrático-Popular” e um inventário da Esquerda Revolucionária. In: IASI, Mauro *et al.* **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.
- NETTO, José Paulo. **Nelson Werneck Sodré**: o general da história e da cultura. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, [1973] 2013.
- PCB. **Declaração sobre a política do PCB**. 1958. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- PCB. **Declaração política do XVI Congresso do PCB**. 2022. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/28127/declaracao-politica-do-xvi-congresso-do-pcb/>>. Acesos em: 09 fev. 2022.
- PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, [1964] 1983.

Notas

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Membro do projeto de pesquisa “Estado rentista e o novo padrão de reprodução do capital no Brasil neoliberal: auge, crise e decadência do Estado do Rio de Janeiro no século XXI”, da Escola de Serviço Social da Unirio (ESS/Unirio). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3188708533747291>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0627-5120>. E-mail rocamura.g@gmail.com.

² É preciso negritar que o PCB, com o seu processo de Reconstrução Revolucionária iniciado nos anos 1990, realizou uma profunda autocrítica em relação às teses defendidas pelo partido durante a época em que se desenvolveu este debate, superando o etapismo e reconhecendo, hoje, o caráter socialista da Revolução Brasileira. Conforme consta na Declaração Política do XVI Congresso do PCB, realizado em novembro de 2021: “O desenvolvimento do sistema capitalista como um todo e, em particular, no caso brasileiro, elimina a possibilidade histórica de qualquer aliança entre uma suposta “burguesia nacional” e a classe trabalhadora, para a realização de uma revolução “nacional-libertadora” [...] Mudanças estruturais só ocorrerão se dirigidas pelas forças socialistas, anticapitalistas e anti-imperialistas. [...] A revolução brasileira, é, portanto, de caráter socialista” (PCB, 2022).

³ Para Vladimir Lenin ([1917] 2012, p. 124), a transição do capitalismo à sua fase imperialista foi determinada por um conjunto de vetores: o surgimento dos monopólios e do capital financeiro; a exportação de capitais dos países centrais para a periferia do mercado mundial; o surgimento das associações monopolistas internacionais; e, por fim, a partilha do mundo entre as nações hegemônicas. Para o autor, o imperialismo sustenta a manutenção, para além de colônias formais dos países imperialistas, de “[...] variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática” (LENIN, [1917] 2012, p. 119), dentre os quais se encontra o Brasil.

⁴ O que, em alguma medida, o aproxima da perspectiva dualista criticada por Francisco de Oliveira ([1973] 2013) e pelos autores que abordaremos no presente trabalho, à ideia de que o arcaico estaria contraposto ao moderno na economia brasileira.

⁵ A tese de Caio Prado Jr. sobre o sentido da colonização foi desenvolvida na sua clássica obra *Formação do Brasil contemporâneo* ([1942] 2011). Neste livro, o autor analisou a essência da empresa colonial portuguesa instalada no Brasil a partir de uma perspectiva de totalidade, compreendendo-a como um momento de um processo mais amplo: a expansão comercial europeia, impulsionada pelas grandes navegações sob a direção dos nascentes Estados nacionais. Para Prado Jr., o sentido da colonização tropical seria a produção de bens no território colonizado para serem comercializados no exterior: a estrutura produtiva instalada na colônia, assim, estava condicionada por interesses externos.

⁶ A Instrução 113, promulgada durante o governo de Café Filho (1954-1955), concedia vantagens aos capitais estrangeiros no processo de importação dos equipamentos necessários aos seus empreendimentos industriais, concedendo-lhes privilégios que estavam fora do alcance do capital industrial nacional.

⁷ De acordo com Karl Marx ([1867] 2017, p. 245), em *O capital*, o valor da força de trabalho, assim como o valor de qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. No caso da mercadoria força de trabalho, trata-se do tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos bens de consumo necessários para a reprodução da corporeidade viva do trabalhador em condições normais. A superexploração, para Marini ([1973, 2011b, p. 149-50), seria uma sistemática “violação” do valor da força de trabalho, cujas formas seriam a ampliação da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho para além das condições normais, provocando um esgotamento prematuro da força de trabalho; bem como a remuneração do trabalhador via salário por um preço abaixo do valor de sua força de trabalho, restringindo a sua possibilidade de consumir os bens necessários à sua reprodução.

⁸ Em *Dialética da dependência* ([1973] 2011b), Marini desenvolveu uma análise teórica destas tendências particulares às formações econômico-sociais capitalistas dependentes em profundidade, ao passo que em *Subdesenvolvimento e revolução* ([1969] 2017) tal teoria aparece fundida em uma análise concreta de situação concreta da realidade brasileira, na qual nos deteremos no presente artigo. Foge dos limites deste trabalho, portanto, um tratamento extensivo da reflexão teórica em um nível de abstração mais elevado contida em *Dialética da dependência*.

⁹ Para Fernandes, a forma de integração ao imperialismo consolidada com o golpe de 1964 aprofundou de tal modo a dependência da formação econômico-social brasileira em relação às economias centrais que se podia chegar a falar de um imperialismo total: “Mais que sob o capitalismo competitivo, a drenagem agora se faz sob a estratégia da bola de neve: ela se acelera, se avoluma e se intensifica à medida que o desenvolvimento capitalista interno se acelera, se avoluma e se intensifica. Nesse sentido, até as atividades econômicas diretas do Estado nacional são satelitizadas, pois são absorvidas pela estratégia externa de incorporação e por seus desdobramentos internos. E a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa, da agricultura, da criação, da mineração, ao comércio interno e externo, à produção industrial, aos bandos e aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos controles econômicos manipulados, direta ou indiretamente, a partir do desenvolvimento das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial. Chegou-se, pois, a um ponto em que a articulação no plano internacional tende a esgotar todos os limites. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total” (FERNANDES, [1974] 1987, p. 273-4).

Recebido em: 13 de fev. 2022

Aprovado em: 27 de abr. 2022